

**ATA DA 3ª REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO DE REAVALIAÇÃO
DOS PARÂMETROS DO MODELO DE CAPITAL DE RISCO DE
SUBSCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE DANOS**

13 DE ABRIL DE 2017 (INÍCIO – 14:00h, TÉRMINO – 16:30h)

**SALA DE REUNIÕES DO 9º ANDAR DO EDIFÍCIO SEDE DA
SUSEP**

PARTICIPANTES:

Representantes da Susep:

Eduardo Henrique Altieri (DISOL/CGMOP/CORIS)

Victor de Almeida França (DISOL/CGMOP/CORIS)

Representantes da CNseg:

Leandro Mendonça de Oliveira Santos

Willian Ribeiro Lacerda

Representantes da FenSeg:

Russiel Moscon

Representantes da FenaPrevi:

Carlos Alberto Tarasiuk

Marina Helena Guerra da Costa

No intuito de tentar solucionar alguns problemas do processo de otimização dos fatores, os representantes da Susep apresentaram algumas novas possibilidades para este passo, resultantes da combinação das seguintes alternativas: (1) fatores com ou sem limitadores, (2) otimização considerando erro absoluto ou erro quadrático, e (3) otimização partindo de 100 sementes aleatórias ou de duas sementes (média e mediana dos fatores brutos). Também, para algumas das possibilidades de otimização, foram apresentadas tabelas com os valores de capital calculados via fórmula padrão, comparando-os com os valores de necessidade de capital (TVaR) determinados via modelos.

Com base nos testes, concluiu-se que a opção de sementes não fazia muita diferença no resultado, enquanto que a opção de considerar erro quadrático ou absoluto (módulo do erro) fazia alguma diferença.

Foi discutido novamente o fato de que, quando calculados fatores sem limitadores, o processo de otimização calcula fator zero para uma determinada classe, caso o fator bruto relativo à um dos clusters para esta classe tenha sido zero, sendo isso reconhecido como uma limitação do processo de otimização utilizado, e sendo mais uma justificativa para o uso dos limitadores no cálculo dos fatores.

Os representantes do mercado fizeram então a apresentação da avaliação qualitativa da pertinência das correlações negativas entre classes de negócio. Eles questionaram o sentido das correlações negativas das classes 13 (vida em grupo) e 14 (pessoas demais) com as demais classes, em especial automóveis ou condomínio. Seguiu-se então alguma discussão, na qual se argumentou sobre o fato de que correlações negativas existem, mas que algumas vezes podem ser espúrias, resultado de limitações diversas nos cálculos, como dados disponíveis em séries relativamente curtas. Foi lembrado que nas matrizes de correlação calculadas foram considerados 12 trimestres de dados.

Algumas possibilidades foram então levantadas. Falou-se da possibilidade dos representantes do mercado replicarem os cálculos da Susep, possibilidade que não foi adiante tendo em vista a dificuldade em replicar os cálculos em especial da matriz de correlação de risco de provisão de sinistro com dados acessíveis ao mercado.

Falou-se também da possibilidade dos representantes da Susep calcularem matrizes de correlação com dados mais atuais para ver se mantinham ou mudavam os valores negativos. Os representantes da CORIS falaram que já haviam realizado anteriormente trabalho parecido em outro contexto, comparando matriz calculada com os dois primeiros anos de dados (dos três anos usados na reavaliação) com matriz similar calculada com base nos dois últimos anos de dados. Ficou então decidido que os representantes da CORIS elaborariam, para a próxima reunião do GT, alguns testes com o objetivo de avaliar a evolução das matrizes de correlação em períodos consecutivos.

Ficou ainda decidido que os representantes da CORIS trabalhariam no desenvolvimento de testes para verificar a aderência dos modelos. Inicialmente, para a próxima reunião do GT, trabalhariam na elaboração de um teste para o modelo de provisão de sinistros, com o objetivo de verificar se as projeções (valores simulados) dos fluxos de pagamentos futuros ficam aderentes aos valores efetivamente observados. Ficou combinado que o ajuste seria verificado por cada diagonal do “triângulo inferior” de montante de pagamentos (algumas diagonais ainda não teriam valores realizados no momento da reavaliação). Seguiram-se, então, discussões sobre questões a serem consideradas e formas de execução deste teste. Por fim, segundo ideia proposta pelos representantes da CORIS, o teste buscaria comparar, para cada par cluster/classe, e para cada diagonal do triângulo inferior de montante de pagamentos, o valor de montante de

pagamentos efetivamente observado, com a distribuição empírica dada pelos valores projetados (simulados), considerando média e desvio padrão amostrais desta distribuição.

Sem nada mais a ser discutido no momento, foi encerrada a reunião.